

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Uma fatura de R\$ 62,2 bi	2
Título: Agências disputam verba da Petrobras	4
Título: Ternium compra siderúrgica CSA, no Rio, por € 1,5 bilhão	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Indenização a empresas vai elevar em 7% contas de luz, diz Aneel.....	7
Título: Projeto de mineração em Belo Monte é suspenso.....	8
Título: Sócia da Usiminas, Ternium compra a siderúrgica CSA por € 1,5 bilhão.....	9
Título: Proposta de venda eleva ação de estatais.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Conta de luz terá aumento médio de 7,17% neste ano	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Indústria ensaia consumo maior de energia.....	13
Título: ONS registra pico próximo ao recorde histórico.....	15
Título: Parlamentares querem mais espaço para mineração na floresta amazônica	16
Título: Destaques	18
Título: Outorga definirá leilão de usinas	18
Título: Cemig admite privatizar concessões de hidrelétricas.....	20
Título: Distribuidora propõe venda de sobras no mercado livre	21
Título: Aneel aprova indenização de R\$ 62 bi para transmissoras	23
Título: Galp planeja disputar área na Bacia de Santos.....	24
Título: Ternium adquire a CSA, da Thyssen, por R\$ 4,9 bilhões.....	26
Título: Preço garante bom resultado para Vale	28
Título: Adesão ao Novo Mercado pode ficar aberta até 2020	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Uma fatura de R\$ 62,2 bi**

Consumidor pagará indenização a transmissoras após interferência do governo no setor elétrico

Mais de quatro anos depois de a presidente Dilma Rousseff intervir no setor elétrico para reduzir a conta de luz em 20% — queda que foi anulada por aumentos que ultrapassaram 50% em 2015 —, um novo esqueleto do setor elétrico ganhou corpo ontem. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) bateu o martelo e definiu em R\$ 62,2 bilhões o valor de indenizações a transmissoras de energia. O consumidor vai arcar com esta fatura nas contas de luz até 2025. A estimativa é que esta decisão signifique um efeito médio de alta nas tarifas de 7,17% este ano. O valor do reajuste que será efetivamente pago pelo consumidor, porém, depende de outras variáveis que afetam a conta de luz — como subsídios, custo de geração da energia de Itaipu, comportamento do dólar, entre outros — e é definido de acordo com cada distribuidora. No caso do Rio de Janeiro, a previsão é que a tarifa residencial suba 8,55% em março, percentual que já engloba o efeito das indenizações.

Desde que o governo decidiu interferir no setor elétrico, a conta de luz tem vivido uma montanha-russa. Em 2013, a energia teve queda de 15,66%, alívio que foi logo compensado por um aumento de 17,06% em 2014 e de 51% em 2015. No ano passado, houve queda de 10,66%, segundo dados do IBGE. Para este 2017, especialistas previam nova queda de preço. O efeito da indenização a transmissoras será, portanto, o de restringir o benefício que chegaria ao consumidor.

O imbróglio começou com a publicação da medida provisória 579, em 2012, que tinha o objetivo de reduzir a conta de luz. Ela previa que as concessões de geradoras e transmissoras de energia teriam seu vencimento antecipado, mas as empresas receberiam o pagamento de indenizações por investimentos efetuados e que não foram devidamente amortizados. Os contratos seriam renovados e condicionados a receitas menores das empresas. O pagamento das geradoras ocorreu em seguida, com recursos disponíveis em fundos públicos. O pagamento das transmissoras de energia, que foi prometido na época, porém, foi arrastado até este ano. Somente o efeito financeiro desse atraso aumentou a conta em mais de R\$ 35 bilhões, segundo a Aneel.

— O fato de não ter sido pago naquela época imputou hoje valor considerável para o consumidor, que não teve gestão na decisão de pagar ou não — disse ontem Reive de Barros, diretor da Aneel que relatou o processo.

CASO PODE TERMINAR NA JUSTIÇA

Para Lucas Rodrigues, analista de mercado da Safira Energia, a indenização resulta da mudança na renovação dos contratos de geração e transmissão: — O governo mandou baixar o preço da tarifa. Na época da renovação dos contratos de concessão, as empresas não tiveram seus ativos remunerados. A indenização é necessária para atender ao crescimento da demanda de energia.

Segundo estimativa da Tendências Consultoria, o repasse do custo das indenizações ao consumidor causará alta de 0,3% na tarifa de energia elétrica no ano. O impacto sobre a inflação seria de 0,01 ponto percentual. O número é pequeno porque o cálculo considera apenas o efeito das indenizações a transmissoras, sem levar em conta outros fatores que influenciam o preço da luz.

A Light negocia com a Aneel a antecipação de sua revisão tarifária para 15 de março. A previsão da agência é que a distribuidora tenha alta de 12,36% para todos os clientes (residencial, comercial e industrial). O peso da indenização a transmissoras nesse reajuste seria de 4,53 pontos percentuais.

O reajuste da área da antiga Ampla — hoje Enel — também entrará em vigor em 15 de março e deverá já incorporar esse efeito. Mesmo com a pressão de alta, isso não significa que as distribuidoras terão grandes reajustes neste ano. No caso da Energisa Borborema, a primeira com aumento já aplicado em 2017, a queda seria de 2,37%, mas tornou-se uma alta de 0,43% por causa das indenizações.

A decisão da Aneel foi recebida com insatisfação entre os agentes do mercado, e o assunto pode acabar na Justiça. A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace) argumentou com a agência na consulta pública, mas não teve seus pleitos para amenizar o impacto nas indenizações acatados. Antes da decisão da Aneel, Edvaldo Santa, presidente da Abrace, disse que, se a decisão não fosse favorável, o caminho seria recorrer à Justiça.

O conselho da Abrace, integrado por empresas como Braskem, Vale, Gerdau e Alcoa, deve decidir o que fazer após o carnaval. A decisão não agradou às próprias distribuidoras, que vão receber o dinheiro. Elas achavam que deveriam receber mais por uma distorção no reajuste do valor entre 2012 e agora. — É uma devolução do que nos tiraram em 2012 — disse Mario Miranda, presidente

da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate).

Miranda destacou que a demora no pagamento comprometeu a participação das transmissoras em leilões de novas linhas de transmissão, prejudicando os próprios consumidores por limitar a concorrência pela construção de linhas. As empresas com mais recursos a receber são Furnas e Chesf, ambas ligadas à Eletrobras. — Quem vai pagar gostaria de pagar menos, e quem vai receber gostaria de receber mais. Temos essa preocupação, mas estamos simplesmente cumprindo as obrigações legais. Para a Aneel, não restou alternativa, que não fosse aplicar o que foi estabelecido — disse Barros, da agência.

Segundo agentes do mercado, advogados já foram sondados para ingressar em ação judicial contra a cobrança da indenização das transmissoras. Para eles, há argumentos jurídicos relevantes para apontar que essa conta deveria ser paga pela União, e não pelos consumidores. — A chance de judicialização é altíssima, e a possibilidade de sucesso para consumidores é tão grande que tem analistas do mercado financeiro trabalhando com cenários alternativos nos quais grandes empresas reduzem seus custos na Justiça — afirmou um agente do mercado sob condição de anonimato.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse estar preparado para recursos.

Colaboraram Ramona Ordonez e Marcello Corrêa

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Agências disputam verba da Petrobras

Valor para marketing, de R\$ 550 milhões, é um dos maiores em licitação este ano

A Petrobras abre hoje os envelopes para definir quais serão as suas duas agências de publicidade para os próximos dois anos e meio. De olho em uma verba total de R\$ 550 milhões, participam da licitação 16 empresas de marketing, todas nacionais. Trata-se de uma das maiores disputas do ano. Assim, cada vencedora vai ter uma verba anual de R\$ 220 milhões. Apesar do montante, o valor é menor que a última licitação feita pela estatal. Em 2013, data do último certame, a companhia tinha verba anual de R\$ 330 milhões.

A redução de 33% do volume da verba publicitária é reflexo do programa de redução de custos na estatal, que está tentando ainda vender ativos para

reduzir seu nível de endividamento. Porém, apesar do recuo, a competição entre as agências está grande. — São 16 agências participando. Estão no páreo Artplan, Calia, nova/sb, Propeg, Ogilvy, DPZ, Fields, Fischer, Link, Lua, Multisolution, Publicis, Z+, Café, NBS e Heads. Para essa próxima licitação, o interesse é grande, pois a verba será dividida entre duas agências e não entre três companhias, como foi na licitação de 2013. Então, a verba por agência é maior — disse uma fonte do setor que não quis se identificar.

RISCO DE INTEGRIDADE

Atualmente, a conta publicitária da Petrobras é atendida pelas agências NBS e Heads. No início do ano passado, a FCB parou de atender a conta. Segundo uma fonte, a saída ocorreu por corte de custos, mas teria pesado o fato de a empresa ter sido citada na Operação Lava-Jato.

Hoje serão abertos os envelopes A, que trazem informações como a capacidade técnica das agências que entregaram proposta. Em seguida, a estatal segue para a abertura dos envelopes B, nos quais as agências apresentam seu plano de comunicação. Neste caso, as propostas são anônimas. Juntos, os dois envelopes formam uma nota, que define as duas empresas finalistas. Para a escolha ser validada pela estatal, os documentos serão analisados. As finalistas ainda passarão pelo chamado Grau de Risco de Integridade. Novidade do edital, as agências, para assinarem o contrato, terão de mostrar o seu histórico de relacionamento com agentes públicos e mostrar se têm programa de integridade interno.

— Essa é uma novidade deste ano e muito bem-vinda no setor. A Petrobras está tentando agora tomar mais cuidado em suas contratações. Mas, para que as agências sejam vencedoras, é preciso esperar se haverá algum tipo de contestação do resultado, como é comum — destacou outra fonte.

No processo de licitação, a escolha é feita com base em uma campanha proposta pela Petrobras. Neste ano, a estatal pediu que as agências retratem a empresa com "uma postura que demonstre atitude, que seja aberta e próxima, e que esteja disposta a dialogar". Para isso, elaborou o tema "Combustíveis Petrobras". As agências têm de preparar um plano de comunicação com base nesse tema.

Curiosamente, a companhia vem tentando buscar sócios justamente na área de combustíveis. A estatal tenta vender parte da BR, maior rede de distribuição do país, porém o negócio está suspenso por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, a Petrobras quer buscar parceiros para seu parque de refino. O modelo, porém, ainda não está decidido. A companhia também quer sócios para a sua área de lubrificantes.

OUTRAS CONCORRÊNCIAS

Além da licitação da Petrobras, foi aberta a disputa pela conta publicitária da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), da Presidência da República. Com verba anual de R\$ 206 milhões, dividida entre três agências, as propostas foram entregues ontem. O mercado espera ainda as licitações do Banco do Brasil e Ministério da Saúde.

— Mas a Petrobras é a maior — destacou uma fonte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glaucé Cavalcanti, Danielle Nogueira e Ramona Ordonez

Título: Ternium compra siderúrgica CSA, no Rio, por € 1,5 bilhão

Operação deve estar concluída no terceiro trimestre deste ano

A Ternium, maior produtora de aço na América Latina e sócia da Usiminas, fechou acordo com a alemã Thyssenkrupp para adquirir a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), instalada desde 2010 em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O valor da transação foi de € 1,5 bilhão. A perspectiva da Ternium, contudo, é desembolsar € 1,26 bilhão com a operação, descontando uma dívida financeira de € 300 milhões com o BNDES e outros ajustes.

O anúncio da compra foi divulgado ontem à noite e antecipado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Em 2013, a Ternium fez sondagens para adquirir a CSA, mas não chegou a fazer uma oferta. A companhia informou que vai financiar a aquisição por meio de empréstimo bancário e espera consolidar o balanço da Thyssenkrupp e os resultados da operação a partir do terceiro trimestre deste ano. É o prazo previsto para que a transação, que depende da aprovação dos órgãos reguladores da concorrência em Brasil, Alemanha e Estados Unidos, além do cumprimento de outras condições, esteja concluída.

Segundo o diretor executivo da Ternium, Daniel Novegil, o negócio permitirá uma maior diferenciação da companhia: "A especialização dessa planta em placas de aço de alta tecnologia, combinada ao desenvolvimento de produto, ao gerenciamento da cadeia de fornecimento e à nossa capacidade de produção de aço highend (de ponta) no México e na Argentina, vão possibilitar novas oportunidades de integração. (...) Isso, por sua vez, vai fortalecer nosso negócio em setores industriais estratégicos na América Latina" afirmou em comunicado.

O interesse dos argentinos italianos da Techint/Ternium em comprar a CSA já havia sido noticiado pelo colunista do GLOBO Ancelmo Gois, no último dia 29.

FORNECEDORA DA USIMINAS

A Thyssenkrupp classificou a venda como um passo importante no seu desenvolvimento estratégico, por encerrar "seu capítulo deficitário da área de negócios Steel Americas (que inclui as operações no Brasil e nos EUA)", segundo comunicado assinado pelo diretor executivo, Heinrich Hiesinger. A Thyssen admite que houve problemas, devido à alta nos custos de construção de fábricas no Brasil e nos Estados Unidos, além de problemas técnicos. A Thyssenkrupp informou já ter desembolsado mais de € 12 bilhões, entre investimento e prejuízo, na unidade Steel Americas. A fábrica americana foi vendida em 2014. Ainda resta uma perda de € 8 bilhões.

A CSA, que produz placas de aço na fábrica fluminense, tem capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano, além de contar com um porto de águas profundas e uma unidade de geração de energia elétrica. Em 2016, as vendas consolidadas totalizaram € 1,6 bilhão, com despacho de 4,3 milhões de toneladas de aço.

A siderúrgica ainda fornece placas para a unidade Cubatão da Usiminas. O controle desta é dividido entre os ítalo-argentinos da Ternium e os japoneses da Nippon, que travam uma disputa pelo comando da empresa. Numa eventual cisão da Usiminas — cenário que está no radar diante da briga societária na empresa —, a Ternium ficaria com a filial de Cubatão, e a Nippon, com a unidade de Ipatinga. Procurada, a CSA não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Indenização a empresas vai elevar em 7% contas de luz, diz Aneel

Atraso de pagamento de R\$ 62,2 bilhões às transmissoras de energia será repassado aos consumidores

O atraso no pagamento de indenizações bilionárias devidas às transmissoras de energia elétrica terá impacto médio de 7,17% na conta de luz do consumidor neste ano, de acordo com cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Considerando as diversas distribuidoras que atendem o País, o órgão regulador estima que o aumento deve ficar entre 1,13% e 11,45%. Isso não significa que as contas vão subir nessa magnitude, pois a transmissão é apenas um de vários itens que compõem as tarifas, que inclui custos de geração,

distribuição, subsídios e impostos. “Estamos informando apenas o impacto desse efeito, e não sinalizando que a tarifa será reajustada nesse patamar”, esclareceu o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. O impacto será calculado para cada concessionária na data do reajuste tarifário – julho, no caso da Eletropaulo, por exemplo. Tarifaço. O pagamento de indenizações às transmissoras deveria ter começado em 2013 e seria pago pelo Tesouro Nacional. As companhias aceitaram prorrogar suas concessões por 30 anos, de forma antecipada. Isso viabilizou a redução da conta de luz, anunciada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que fez as tarifas caírem 20%, em média.

Faltava, porém, definir uma solução para os investimentos realizados pelas companhias antes de maio de 2000, ainda não depreciados. Passadas as eleições, sem dinheiro em caixa, o governo autorizou um tarifaço que elevou as tarifas em 50% em 2015. Em 2016, por fim, decidiu repassar o custo das indenizações para a conta de luz. O problema desse atraso é que as empresas receberão o dinheiro com juros. As nove concessionárias têm direito a receber R\$ 62,2 bilhões nos próximos oito anos. Desses, R\$ 35,217 bilhões correspondem a juros. O presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Edvaldo Alves de Santana, avalia que as indenizações são indevidas e ilegais. “Parece que estão nos induzindo a ir à Justiça”, afirmou. O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão (Abrate), Mário Miranda, defendeu a proposta e disse que as empresas estão finalmente recebendo os valores a que têm direito. Ele mencionou que o atraso no pagamento prejudicou o resultado dos leilões de transmissão nos últimos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Projeto de mineração em Belo Monte é suspenso

Liminar da Justiça atende a pedido da Defensoria Pública do Pará, que alegou irregularidades e falta de assistência à população

O início das operações do projeto Volta Grande, que prevê a mineração de ouro abaixo da barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi suspenso ontem por decisão da Vara Agrária e Juizado Especial Ambiental de Altamira. A decisão foi favorável a um pedido de liminar apresentado pela Defensoria Pública do Estado, que alega irregularidades fundiárias e falta de assistência à população local. O juiz Álvaro José da Silva Souza, então, suspendeu a licença de instalação do empreendimento por 180 dias, até que seja feita a desafetação da área pelo Incra ou até que se dê a realocação das famílias. “Há a falta de regularização fundiária, conflitos agrários e proximidades com a extração ilegal de madeira,

como é o caso de parcela da Gleba Estadual Bacajá”, afirmou no processo a defensora Andreia Barreto. A ação cautelar, que foi apresentada no dia 31 de janeiro, tem como fundamento a falta de regularidade fundiária. O processo foi ajuizado contra a empresa canadense Belo Sun, dona do projeto, e o Estado do Pará. ‘Injustificável’.

Em sua decisão, o juiz reconhece que a região está inserida numa área que deve ser objeto de reforma agrária. Segundo Souza, entre a licença prévia ambiental e a licença de instalação, passaram-se três anos sem que essas questões fundiárias fossem resolvidas. Na avaliação do magistrado, é “completamente desarrazoado e injustificável” que até hoje as famílias residentes nas áreas identificadas “ainda estejam à mercê da própria sorte, sem saber qual será efetivamente seu destino, com o início da instalação do projeto minerário”. Ele chama a atenção para o fato de que a autorização “foi concedida sem a retirada das famílias que há décadas moram na área”. Um dia após a ação movida pela Defensoria, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará liberou a licença de instalação para o projeto, documento que permite à empresa Belo Sun erguer suas estruturas. Com a decisão de ontem, a autorização está suspensa por 180 dias.

A licença ignorou um parecer da Funai, que apresentou pendências e irregularidades no processo. O Ministério Público Federal no Pará e a Defensoria Pública da União, além de organizações como o Instituto Socioambiental, também têm atuado para tentar rever o licenciamento. Outro lado. Apesar da polêmica, para o governo do Pará, o projeto é sinônimo de arrecadação. São mais de R\$ 60 milhões somente em royalties de mineração em 12 anos. Desse total, 65% serão destinados ao município Senador José Porfírio. A Belo Sun, controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, informou que o investimento total no projeto será de R\$ 1,22 bilhão. A produção média prevista é de aproximadamente 150 mil onças de ouro por ano. A empresa afirmou que vai recorrer da decisão. Declarou também que está “desapontada com a decisão, mas entende que questionamentos são esperados e fazem parte do curso normal da instalação de empreendimentos importantes”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sócia da Usiminas, Ternium compra a siderúrgica CSA por € 1,5 bilhão

Aquisição. A alemã ThyssenKrupp conseguiu se desfazer da companhia, que começou a operar em 2010, custou US\$ 8 bilhões e estava à venda há pelo menos três anos; para o grupo ítalo-argentino, operação vai ampliar escala de produção na América Latina

Mônica Scaramuzzo e Fernanda Guimarães

O grupo ítalo-argentino Ternium, um dos sócios controladores da siderúrgica mineira Usiminas, fechou ontem acordo para a compra de 100% da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), da alemã Thyssenkrupp. O valor da transação é de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 300 milhões em dívidas com o BNDES.

Essa não foi a primeira vez que a Ternium tentou adquirir a operação, localizada no Rio de Janeiro. Há alguns anos, o grupo alemão havia colocado à venda a CSA, sua subsidiária brasileira, junto com sua laminadora de aço nos Estados Unidos, mas decidiu vender a unidade americana em separado. No ano passado, a Thyssen e a Ternium decidiram retomar as conversas. A aquisição é considerada estratégica para o grupo ítalo-argentino por complementar sua produção de placas de aço na Argentina e no México.

O acordo depende da aprovação dos órgãos reguladores do Brasil, Alemanha e EUA e a conclusão está prevista para 30 de setembro. Em comunicado, a Ternium informou que buscará financiamentos bancários para o desembolso de R\$ 1,2 bilhão.

A CSA é um complexo integrado de produção de aço (com capacidade anual de 5 milhões de toneladas de placas), porto de águas profundas e uma geradora de energia. A construção do projeto, iniciado em 2005 e inaugurado em 2010, consumiu investimentos superiores a US\$ 8 bilhões da Thyssen e de sua sócia, a Vale, que deixou o projeto em 2016. Diante da queda da demanda por aço no País, que prejudicou o resultado da CSA, o grupo alemão começou a tentar se desfazer do ativo ainda em 2013.

Em comunicado, Daniel Novegill, presidente da Ternium, informou que o grupo está incorporando mais uma usina siderúrgica de última geração. "Isso vai permitir aumentarmos nossa diferenciação."

Em entrevista ao Estado, Paolo Bassetti, presidente do grupo ítalo-argentino no Brasil, descartou a possibilidade de a Ternium sair da Usiminas, após essa aquisição. O grupo chegou no Brasil em 2011 ao comprar as participações de Camargo Corrêa e Votorantim na Usiminas, na qual tem como sócia a japonesa Nippon. No entanto, desde 2014, os dois sócios começaram a se desentender. Uma cisão dos negócios chegou a ser cogitada. A Ternium, segundo fontes, ficaria com os ativos da Usiminas em Cubatão (SP) e poderia juntá-los aos da CSA, formando uma nova siderúrgica.

"Acreditamos no Brasil e por isso fizemos esse investimento", afirmou Bassetti. "Não queremos nos desfazer de nossa fatia na Usiminas. Continuamos afirmando que o problema lá é de gestão", disse.

Em paralelo à aquisição, a CSA continuará a fornecer 2 milhões de toneladas de placas por ano para a planta de laminação da unidade da Thyssen, nos EUA, vendida para os grupos ArcelorMittal e Nippon Steel. Em comunicado, a Thyssen informou que essa operação permitirá ao grupo abater suas dívidas.

Venda. Em maio passado, a Vale anunciou a venda, por preço simbólico, de 26,87% da CSA à Thyssen. Com isso, livrou-se das dívidas. A transação incluía uma cláusula de "earn-out", válida por um período, que permitia à Vale obter alguma receita caso o controle da CSA fosse a vendido, como ocorreu agora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Douglas Gavras

Título: Proposta de venda eleva ação de estatais

Cemig e Copasa, de Minas, e o gaúcho Banrisul tiveram forte alta na Bolsa ontem, após governo estabelecer setores a serem privatizados

A definição, pelo governo federal, de quais setores deveriam ser privatizados nos Estados, dentro do projeto de socorro financeiro, fez as ações de algumas empresas estatais dispararem ontem. O banco gaúcho Banrisul e as empresas mineiras Cemig, de energia, e Copasa, de saneamento, encerraram o pregão em alta. A proposta do governo federal determina os ativos de que os Estados terão de abrir mão para ter acesso ao novo regime de recuperação fiscal. A contrapartida seria a suspensão de pagamento das dívidas com a União por até três anos. Caso as assembleias legislativas autorizem a privatização das empresas, os recursos obtidos deverão ser destinados para a quitação das dívidas. Ontem, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou de vez a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae).

O Banrisul PNB teve o melhor resultado entre as três empresas, com alta de 10,32%. O banco obteve lucro líquido de R\$ 659,7 milhões em 2016, 22,3% a menos do que no ano anterior, quando o ganho havia alcançado R\$ 848,8 milhões. Assim como Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Rio Grande do Sul passa por grave crise fiscal e faltam recursos até para pagar o salário de servidores em dia. O Estado tem um dispositivo constitucional que exige que sejam feitos plebiscitos para aprovar a privatização de estatais. No fim de 2016, o governo José Ivo Sartori (PMDB) enviou à Assembleia uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) retirando a necessidade de plebiscito para a venda da CEEE, de energia, da CRM, de mineração, e da Sulgás. Segundo o Estado, a privatização do banco não estaria em discussão.

“O Banrisul é um dos poucos ativos que geram lucro para o Estado e a ideia de privatizá-lo é algo que só agravaria nossa crise. O governo estadual faz um movimento de sinalizar a venda das empresas de energia para, no futuro chegar ao Banrisul, que é a empresa que mais interessa ao mercado”, diz Luciano Fetzner Barcellos, secretáριο geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. “Uma alternativa que o governo busca é propor um processo de federalização do Banrisul, transferindo para a União a missão de privatizá-lo em seguida. Caso sinta que não terá ambiente político para conseguir o cancelamento dos plebiscitos, o governo Sartori deverá fazer a consulta popular, após uma campanha agressiva para convencer a população de que a privatização é a única saída”, diz o deputado Zé Nunes (PT), da oposição, que compõe uma frente parlamentar contra a venda do banco.

Mineiros. No pregão de ontem, embaladas pela possibilidade de privatização, as ações da Cemig PN, companhia de energia de Minas, fecharam em alta de 5,73%; as da Copasa ON, empresa de saneamento do Estado, tiveram ganhos de 3,18%. Em evento na capital mineira ontem, o governador Fernando Pimentel (PT) criticou o projeto de ajuste fiscal do governo federal e afirmou que Cemig e Copasa não serão privatizadas. “É como se faltasse comida em casa e você vendesse o fogão para solucionar o problema. Qual é o objetivo dessa pressão para que o Estado venda suas empresas mais eficientes para resolver um problema que podemos resolver ao longo do tempo, se houver boa vontade do governo federal?”, questionou. Pimentel disse que irá defender na Câmara a retirada de contrapartidas que considera excessivas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Conta de luz terá aumento médio de 7,17% neste ano

Atarifa de energia vai ficar, em média, 7,17% mais cara este ano em decorrência de acertos de contas que o governo terá de fazer com empresas de transmissão. Para grandes consumidores, a fatura pode ficar até 40% mais alta. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou portaria que determina o cálculo para pagamento de indenizações a nove transmissoras por conta das mudanças nos contratos de concessão promovidas pela Medida Provisória 579, de 2012. A maioria das companhias é do sistema Eletrobras. O valor total, que acabará saindo do bolso do consumidor, é da ordem de R\$ 62,2 bilhões que serão pagos em até oito anos. Para as distribuidoras, o impacto será repassado ao consumidor conforme o aniversário de reajuste anual de cada concessionária. O da CEB, que atende o Distrito Federal, é em agosto.

As indenizações se referem à amortização de investimentos feitos pelas concessionárias, valores que não foram considerados quando os contratos foram modificados por pressão do governo Dilma Rousseff. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, explicou que o montante deste ano ainda não foi totalmente definido, mas deve ficar em torno de R\$ 10,8 bilhões. “Até julho teremos a aprovação definitiva. Pode ser que haja recurso”, disse. No ano que vem, o valor será novamente calculado, remunerado e corrigido e assim, sucessivamente, até 2024 com impacto anual nas faturas dos brasileiros .

Ilegalidade

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Edvaldo Santana, afirmou que a medida é ilegal e, por isso, a entidade estuda recorrer à Justiça. “A lei que regulamentou a previsão de indenizações só considera a obrigatoriedade de pagamento em casos de concessões extintas. Essas transmissoras tiveram suas concessões prorrogadas, por meio da famigerada MP 579, antes de serem extintas”, disse.

Outra ilegalidade é que a lei autoriza o poder concedente a pagar as indenizações, nesse caso, o Ministério de Minas e Energia. “Só que ele transferiu o pagamento para os consumidores, que não podem ser responsabilizados pelos erros cometidos pelo governo. E a Aneel regulamentou isso aprovando a portaria 120/2016”, afirmou. Por fim, o presidente da Abrace questiona a correção do valor inicial, que era de R\$ 20 bilhões. “Com a remuneração prevista, o valor dobrou”, explicou.

O executivo disse que com os R\$ 62,2 bilhões é possível construir Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, as linhas de transmissão dessas três usinas e fazer duas transposições do Rio São Francisco. “Tal o absurdo regulatório”, lamentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Indústria ensaia consumo maior de energia

Após três anos seguidos de queda no consumo de energia, as indústrias do país começam a dar sinais de recuperação. Além do crescimento do consumo do segmento em dezembro de 2016, dados coletados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicam que a classe industrial mantém a trajetória de alta nos dois primeiros meses de 2017. Os destaques foram os setores de mineração e veículos.

De acordo com dados da CCEE, na primeira quinzena de fevereiro, o consumo de energia dos grandes consumidores (grupo formado principalmente por indústrias) avançou 11%, ante igual período de 2016, para 11.030 megawatts (MW) médios. A comparação, porém, foi influenciada pela ocorrência do feriado do Carnaval no início de fevereiro do ano passado. Desconsiderando este fator, a alta teria sido de 0,1%.

Em janeiro, os grandes consumidores utilizaram 9,78% mais energia que no mesmo mês de 2016. O resultado também foi influenciado pela ocorrência do feriado do réveillon naquele ano (em 2017, o dia 1º de janeiro caiu em um domingo). Mesmo sem este fator, porém, o resultado foi um aumento de 2%.

Os sinais positivos detectados pela CCEE este ano também foram observados pela comercializadora Comerc Energia. O Índice Comerc Energia, feito com base nos dados da sua carteira de clientes, composta por mais de 700 grupos industriais, teve alta de 0,71%, em janeiro, ante igual período de 2016. Nessa comparação, os destaques foram os segmentos de veículos e autopeças (alta de 16,75%) e têxtil, couro e vestuário (10,14%), enquanto o consumo do setor de materiais de construção recuou 16,18%.

"A produção de automóveis chegou a cair para 118 mil em fevereiro do ano passado, mas, em janeiro deste ano o país voltou a pouco mais de 149 mil unidades. Esses dados, quando cruzados com os do Índice Comerc Energia, indicam que o setor começa a reagir de forma consistente", diz Cristopher Vlavianos, presidente da empresa.

O primeiro sinal positivo com relação a indústria veio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo a estatal, o consumo do setor industrial em dezembro de 2016, de 13.453 gigawatts-hora (GWh), foi 0,9% maior que o observado em igual período de 2015 - a primeira alta nesse tipo de comparação desde março de 2014.

A manter esse desempenho, o setor industrial poderá registrar o primeiro aumento de consumo de energia anual desde 2013, quando avançou 0,6%. Em 2014, ocorreu a primeira queda, de 3,6%. No ano seguinte, novo recuo de 5,3%. E, em 2016, a classe industrial registrou queda de 2,9%, totalizando um consumo de 164 mil GWh - voltando ao patamar de 2009.

Segundo a diretora da consultoria Engenho, Leontina Pinto, os primeiros sinais de elevação do consumo no segmento industrial estão vindo de setores de metais e mineração, intensivos em consumo de energia. De forma geral, segundo ela, a indústria ainda não apresenta um crescimento acentuado do consumo de energia. "O fato é que toda a parte de mineração, que consome energia na veia, está sentindo uma retomada", afirmou.

De acordo com os dados da CCEE relativos à primeira quinzena de fevereiro, os quatro maiores segmentos consumidores de energia registraram alta no uso de eletricidade: metalurgia (1,56%), químico (1,94%), extração de minerais não-metálicos (7,1%), extração de minerais metálicos (0,95%).

Para Paulo Mayon, diretor da comercializadora Compass, ainda é cedo para confirmar uma recuperação da indústria. "Tem uma indefinição muito grande sobre retomada do crescimento ", afirmou o executivo ao Valor no fim de janeiro. "A verdade é que não sabemos como isso vai se comportar. Há apostas de retomada no segundo semestre e tem muita gente ainda mantendo previsão de retomada mais para 2018. Nossa visão coincide com um pouquinho mais de conservadorismo e não temos percebido na atividade industrial e no planejamento deles nada muito alvissareiro em 2017", disse Mayon.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: ONS registra pico próximo ao recorde histórico

O sistema brasileiro alcançou na segunda-feira à tarde pico de demanda de 85.699 megawatts (MW), de acordo com informações divulgadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O volume foi apenas 9 MW abaixo do recorde de demanda máxima instantânea na rede elétrica brasileira, de 85.708 MW, registrada em 5 de fevereiro de 2014.

Segundo o consultor Humberto Viana Guimarães, o pico de demanda de energia observado no início desta semana foi o terceiro maior da história do sistema elétrico brasileiro. A segunda maior marca, de 85.707 MW, foi obtida em 6 de fevereiro de 2014. De acordo com Guimarães, o pico desta semana foi provocado principalmente pelas elevadas temperaturas registradas naquele dia.

Leontina Pinto, diretora da consultoria Engenho, lembra que há alguns anos o horário de ponta do sistema elétrico brasileiro foi transferido do fim do dia para o meio da tarde, principalmente devido à elevação das temperaturas, que motiva os consumidores a ligarem aparelhos de refrigeração.

Para este verão especificamente, ainda caracterizado por um consumo mais baixo em relação aos anos de 2014 e 2015, o pico de demanda registrado foi motivado também por um aumento de confiança da população e menores estímulos inflacionários na conta de luz.

"Basta um clima psicologicamente favorável, a retirada da bandeira [tarifária] vermelha, uma melhora da taxa da inflação, que a demanda sobe", disse Leontina.

A especialista, no entanto, alerta para a necessidade de aperfeiçoamentos no sistema, para evitar colapsos durante o horário de pico de demanda, como o ocorrido há alguns anos, quando parte da carga do país foi desligada, por não haver capacidade suficiente para atendê-la naquele momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Parlamentares querem mais espaço para mineração na floresta amazônica

O interesse na mineração de ouro em meio a áreas de floresta amazônica protegidas por lei é um dos motes da bancada de parlamentares do Amazonas, que pretende reduzir em mais de um milhão de hectares a extensão das unidades de conservação criadas no sul do Estado.

Essa foi uma das "preocupações" listadas por senadores e deputados do Amazonas ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, durante reunião no dia 7: a "consolidação de atividades como pecuária, mineração e manejo florestal", que poderiam se confrontar com a existência de parques e reservas no sul do Amazonas, segundo relato de fonte do governo.

Os parlamentares mencionaram a Padilha "preocupações com empreendimentos licenciados para atividades de manejo florestal, exploração mineral (areia e ouro) e indústria". Citaram "empreendimentos licenciados e em análise no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)" para extração de ouro, areia, cascalho e chumbo.

O interesse na mineração coincide com estudo do WWF-Brasil ao qual o Valor teve acesso. Os ambientalistas levantaram os pedidos de pesquisa e lavra de minérios protocolados no DNPM para o sul do Amazonas e sobrepuseram a base de dados às áreas que os políticos querem retirar das unidades de conservação criadas nos últimos dias do governo Dilma Rousseff.

"O que apareceu foi explícito: a iniciativa, basicamente, é para retirar de dentro das unidades de conservação áreas com pedido de lavra mineral", diz Ricardo Mello, coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil. "Este processo demonstra falta de transparência. Trata-se da apropriação de bens públicos por interesses privados, sem possibilitar que a sociedade participe da discussão."

O estudo do WWF mostra cerca de 150 processos minerários - a maioria de requerimento e autorização de pesquisa - na área a ser desafetada. São pedidos apenas protocolados ou autorização de pesquisas já concedidas. Há 13 lavras com pedido autorizado.

No Parque Nacional do Acari há cerca de 40 pedidos, entre requerimentos de pesquisa e de lavra, na maioria de ouro. Pela lei das unidades de conservação, parques são áreas de proteção integral e a única atividade econômica permitida é o turismo sustentável.

Na APA dos Campos de Manicoré, que seria extinta pela proposta dos parlamentares, os requerimentos mapeados pelo WWF tratam de jazidas de minério de ferro e cassiterita. "Há falta de informação e a mensagem errada de que todas as unidades de conservação serão bloqueadas para qualquer tipo de uso", diz Mariana Napolitano Ferreira, coordenadora de ciências do WWF-Brasil. "Brasília está em uma APA", ilustra.

As florestas de Urupadi e Aripuanã perderiam, juntas, o maior pedaço (820 mil hectares). As duas áreas concentram a maior parte dos pedidos de pesquisa e lavra (155 requerimentos no DNPM). A mineração de ouro concentra 80% dos pedidos, todos em escala industrial. O levantamento do WWF indica a intenção de explorar nióbio, cassiterita e minério de ferro.

"Se a exploração mineral é algo interessante para a região, o processo para se fazer isso tem que ser legítimo", diz Mello. Para se criar uma unidade de conservação, lembra Mariana, é preciso fazer estudos técnicos e validar o processo com audiências públicas - o que ocorreu com as UCs em questão. "Essas unidades de conservação foram colocadas nos municípios onde o desmatamento disparou nos últimos relatórios", lembra. Diz, no entanto, que o projeto nas florestas nacionais é construir uma economia florestal com o desenvolvimento de projetos de manejo.

A iniciativa dos parlamentares produziu forte controvérsia. O Ministério do Meio Ambiente alegou desconhecimento. Padilha reuniu-se com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na semana passada. Outra reunião irá acontecer entre 6 e 8 de março.

"Os parlamentares alegaram que os municípios da área de influência dessas UCs perderam espaço para produção de forma abrupta", disse fonte do governo. A criação de unidades de conservação leva anos e o processo sempre prevê consultas públicas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Minério perto de US\$ 95

A China continua elevando sua produção de aço e buscando minério de ferro com maior qualidade, o que, aliado à especulação no mercado futuro, ainda impulsiona os preços da commodity. Ontem, o produto com pureza de 62% negociado no porto chinês de Qingdao subiu 2,7%, para US\$ 94,86 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". É uma nova máxima desde agosto de 2014.

FUP tenta barrar venda

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal no Rio de Janeiro contra a venda, pela Petrobras, de sua participação de 66% no bloco BM-S-8, na Bacia de Santos, para a norueguesa Statoil, em julho. Além da suspensão do negócio, a FUP exige que a Petrobras apresente os estudos e documentos referentes ao campo, inclusive as atas das reuniões do conselho de administração que trataram sobre o tema, bem como um levantamento dos impactos econômicos que a venda do ativo causará para as finanças da companhia. O processo está na 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro e ainda não houve movimentação. A Petrobras informou que "não foi citada da referida ação e tomará as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Daniel Rittner**Título:** Outorga definirá leilão de usinas

O governo já definiu uma mudança na forma de disputa pelas usinas hidrelétricas que estão com concessões vencidas ou perto de vencer. A ideia é que esses ativos tenham uma tarifa fixa em megawatt-hora e sejam arrematados por quem der o maior valor de outorga no leilão. Em caso de duas ou mais empresas concorrendo pelo mesmo empreendimento, isso aumentaria as perspectivas de arrecadação, em um momento de fragilidade fiscal.

No fim de 2015, quando fez a relicitação de 29 hidrelétricas antigas, o governo conseguiu R\$ 17 bilhões em bônus de assinatura dos novos contratos. Esse valor

era fixo. Vencia o certame quem oferecesse o maior desconto sobre a tarifa-teto. Como houve baixa disputa e interesse de poucas empresas, o deságio médio ficou em só 0,32%. Foram relicitados na ocasião ativos operados pela mineira Cemig, pela paulista Cesp e pela paranaense Copel. Elas não aderiram ao plano de renovação antecipada das concessões lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012.

Desta vez, a lógica será a inversa. O governo definirá uma tarifa fixa, com base no preço médio do megawatt-hora da atual carteira de contratos de fornecimento das distribuidoras de energia, o que evitaria reflexos negativos para os consumidores finais (aumento nas contas de luz). Não haverá mais a possibilidade de oferecer desconto no valor da eletricidade. A variável da disputa passará a ser o valor de outorga de cada usina ou lote de usinas. O plano era oferecer onze empreendimentos. As quatro maiores hidrelétricas da lista são da Cemig: São Simão (1.710 megawatts de potência instalada), Volta Grande (380 MW), Jaguara (424 MW) e Miranda (408 MW).

Essas duas últimas, entretanto, estão judicializadas e liminares impedem o governo de incluí-las no pacote. A intenção do Ministério de Minas e Energia (MME) é fazer um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que aprecie as liminares antes do leilão, que ainda não tem data certa, mas deverá ocorrer no segundo semestre. Ontem, a Cemig apresentou uma nova proposta para encerrar a questão.

Se não conseguir revertê-las, pode haver frustração nas estimativas de arrecadação. Em informações prestadas ao Congresso Nacional, ao detalhar a previsão de receitas no Orçamento Geral da União (OGU), a equipe econômica apontou expectativa de R\$ 10 bilhões com a relicitação das usinas. Se não for possível incluir Jaguara e Miranda no certame, autoridades do setor elétrico calculam que o valor mínimo de outorga pode ficar em torno de R\$ 7 bilhões. Uma disputa entre empresas ou consórcios seria essencial para aumentar essa cifra.

Em portaria editada na semana passada, o MME deu um primeiro passo para a mudança, ao definir que uma combinação de critérios pode ser usada na disputa. A formalização do maior valor de outorga como fator de desempate virá por meio de outra portaria, que será publicada mais adiante pelo ministério.

A expectativa do governo é que esses ativos despertem o interesse de investidores nacionais e estrangeiros. Na avaliação de uma autoridade, são contratos com recebíveis seguros e de longo prazo, além de baixo grau de incerteza sobre preços. O primeiro leilão de usinas com concessões vencidas teve a China Three Gorges (CTG) como destaque.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Cemig admite privatizar concessões de hidrelétricas**

A estatal mineira de energia Cemig reiterou ontem ao Ministério de Minas e Energia (MME) seu pedido de prorrogação das concessões das hidrelétricas de São Simão, Jaguará e Miranda, mas admitiu, pela primeira vez em mais de quatro anos de conflito com o governo, o início de um processo que pode resultar na venda dessas usinas.

A companhia considera utilizar um dispositivo legal incluído pela Lei 13.360/2016 que permite que a União renove contratos de concessão por 30 anos, desde que seja associado à privatização do serviço e que o leilão aconteça até fevereiro de 2018.

Isso significa que a companhia, que passa por grave crise financeira, está considerando abrir mão dessas concessões. O posicionamento diverge das declarações feitas recentemente, em que a Cemig tem dito que avaliava pagar uma outorga de cerca de R\$ 10 bilhões à União para manter as usinas. No cenário de uma privatização, a companhia poderia levantar recursos necessários para reduzir seu endividamento.

O conflito com o governo começou quando a Cemig rejeitou as regras determinadas pela Lei 12.783/2013, de conversão da MP 579, para renovação das concessões dessas hidrelétricas sob o regime de cotas de garantia física e potência, por considerar que os contratos de concessões desses ativos previam a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos.

Desde então, a Cemig tem batalhado na Justiça para conseguir renovar as concessões fora do regime de cotas ou mantê-las. Como as usinas ficaram descontratadas no mercado cativo depois que a empresa se recusou a renovar as concessões - e a devolvê-las à União -, a estatal chegou a lucrar com a venda da energia no mercado à vista, a preços muito elevados.

A disputa com a União, porém, não teve resultado e o governo pretende relicitá-las ainda neste ano. Em fato relevante divulgado ontem, a Cemig informou que requereu "subsidiariamente" ao pedido de renovação das concessões que seja instaurado um processo administrativo para acionar o dispositivo legal que permite a prorrogação das concessões para privatização.

Isso significa que, se o MME negar o pleito da empresa pela renovação das concessões, a Cemig admite privatizá-las em um leilão ou concorrência. "O

pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da companhia, dentre eles, o povo mineiro", diz o documento.

A Cemig destacou ainda que o pedido não representa uma renúncia da empresa ao direito discutido nas ações judiciais que move em face da união, pedindo o direito à prorrogação das concessões como era previsto nos contratos.

No documento, a companhia também comunicou que manifestou ao MME o interesse em permanecer responsável pela hidrelétrica de Volta Grande, cuja concessão vence em 23 de fevereiro de 2017. Em relação a essa usina, a Cemig também pediu a aplicação da prorrogação da concessão por 30 anos prevista pela Lei 13.360. Isso significa que a Cemig também deve optar pela privatização dessa concessão.

Esse foi o primeiro comunicado assinado pelo novo diretor de finanças e relações com investidores da companhia, Adézio de Almeida Lima, que assumiu o cargo ontem no lugar de Paulo Castellari - que ficou apenas dois meses na posição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Distribuidora propõe venda de sobras no mercado livre

As distribuidoras de energia apresentaram ao governo mais uma proposta para minimizar a sobrecontratação: a realização de um leilão no qual poderão vender as sobras contratuais diretamente aos consumidores livres e comercializadoras interessadas.

A possibilidade surgiu com a Lei 13.360 de 2016, de conversão da Medida Provisória (MP) 735, que alterou o Artigo 4 da Lei 9.074 e determinou que as concessionárias de distribuição de energia "poderão negociar com consumidores [...] os contratos de venda de energia elétrica lastreados no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do mercado."

Na regra anterior, as distribuidoras só podiam liquidar as sobras no mercado de curto prazo. Elas ficavam impedidas de fechar contratos de longo prazo e dependiam da movimentação do preço de liquidação das diferenças (PLD).

No entanto, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda precisa regulamentar a mudança na lei para definir como será essa venda das sobras. Procurada, a Aneel confirmou que a Lei 13.360 inseriu essa possibilidade. "A agência está trabalhando na regulação do tema. Ainda é cedo para comentarmos", disse o regulador, em nota enviada ao Valor.

Já o Ministério de Minas e Energia (MME) disse ser "favorável ao aumento da flexibilidade da compra de energia pelas distribuidoras", mas destacou a necessidade de regulação pela Aneel e da realização de uma audiência pública para implementar a mudança.

"A ideia não é fazer uma negociação bilateral entre distribuidoras e consumidores, e sim fazer um leilão, no qual as distribuidoras colocarão as sobras à venda e os consumidores livres poderão comprá-las", disse Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Consumidores de Energia Elétrica (Abradee).

Segundo Leite, a Aneel pode adaptar o modelo criado para as operações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) de Energia Nova, que centraliza negociações entre distribuidoras com sobras e geradores com projetos atrasados. "Seria necessário um aperfeiçoamento desse modelo para que o consumidor pudesse entrar e participar", disse.

Segundo Leite, a venda dos excedentes pelas distribuidoras não pode causar prejuízo aos consumidores do ambiente regulado e nem para as próprias concessionárias. Por isso a ideia do leilão. "A venda deve ser de uma forma que favoreça o crescimento da economia e do mercado livre, mas não pode causar transtorno ou prejuízo para os consumidores cativos e para as distribuidoras", afirmou.

Essa é uma das propostas da Abradee para minimizar os problemas da sobrecontratação das distribuidoras. A Aneel ainda discute o pleito de considerar a exposição resultante da migração de consumidores para o mercado livre involuntária. Outro pedido diz respeito à energia contratada pelas distribuidoras no leilão A-1 do fim de 2015. Essa questão está sendo analisada pela procuradoria jurídica da agência reguladora.

Se aceita pela Aneel e pelo governo, a ideia do leilão dos excedentes será uma boa notícia para as comercializadoras, devido ao aumento de oferta de contratos neste ambiente de contratação.

Segundo Reinaldo Ribas, gerente da Delta Energia, o ideal seria que a Aneel criasse um mecanismo que permitisse a distinção entre os contratos das distribuidoras de energia convencional e incentivada. Dessa forma, poderá

haver um aumento da disposição de contratos de energia incentivada no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel aprova indenização de R\$ 62 bi para transmissoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o cálculo das indenizações das transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013. Ela estimou que precisará ser cobrado dos consumidores, via tarifa de energia, de R\$ 62,2 bilhões, ao longo de oito anos.

Somente neste ano, as contas de luz deverão cobrir o rombo de R\$ 10,8 bilhões. O impacto médio sobre as tarifas dos consumidores é de alta de 7,17% em 2017. A depender da distribuidora, o efeito de altas nas contas de luz poderá variar de 1,13% a 11,45% este ano.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, considera que parte desse aumento pode ser neutralizada pelas sobras de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em entrevista a jornalistas, ele explicou que o efeito da alta das tarifas deverá ser amenizado também com a queda natural de receita das transmissoras, em razão do processo de depreciação dos ativos da concessão.

Em outubro, a Aneel havia indicado que o valor das indenizações poderia ser ainda maior, da ordem de R\$ 65 bilhões. Ele disse que esse volume caiu quando os técnicos da agência consideraram os aprimoramentos de cálculos propostos no processo de audiência pública.

Durante a reunião pública da Aneel, o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e ex-diretor da agência, Edvaldo Santana, afirmou que a indústria poderia recorrer à Justiça para contestar a legalidade da decisão.

"Se houver alguma judicialização, a posição da Aneel vai depender do que a Justiça decidir. Não dá para dizer antecipadamente o que iremos fazer", afirmou Rufino.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão (Abrate), Mário Miranda, rebateu as críticas ao cálculo dos valores das indenizações. Ele relatou as dificuldades financeiras enfrentadas pelas transmissoras no período em que foram submetidas ao corte drástico na remuneração e, ao mesmo tempo, não puderam contar com as indenizações prometidas pelo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner****Título: Galp planeja disputar área na Bacia de Santos**

A Galp deve participar de pelo menos um leilão de áreas de petróleo no Brasil este ano. A empresa planeja ficar com a área adjacente ao bloco BM-S-8, onde foi descoberto campo de Carcará, na Bacia de Santos, que passou a ser operado pela Statoil.

"Estamos estudando a participação. Evidentemente existe um conjunto de pontos e ainda não temos como saber as condições. O que posso dizer é que temos vontade e dinheiro", disse Miguel Pereira, presidente da Petrogal Brasil, subsidiária da portuguesa Galp que tem a chinesa Sinopec como sócia, com participação de 30%.

Já o presidente executivo da Galp, Carlos Gomes da Silva, foi mais assertivo. Disse que "faz sentido" disputar a extensão do campo que terá a produção unitizada com a da nova área chamada de Carcará Norte, da qual a empresa tem mais conhecimento que os outros competidores. A área adjacente ao BM-S-8 é uma das quatro do pré-sal que o governo pretende leiloar neste primeiro semestre.

Já a participação nos outros leilões, os executivos disseram que é cedo para uma decisão. O presidente da Galp espera uma grande competição no Brasil, e diz que é preciso aguardar detalhes sobre as outras áreas que serão oferecidas sob os regimes de concessão e de partilha de produção.

Mas durante apresentação dos resultados de 2016 e o plano de negócios para os próximos cinco anos, ontem, em Londres, o executivo fez questão de frisar a importância do Brasil para a empresa. "Nós temos um casamento [com o campo] e a unitização faria e faz todo o sentido para nós", disse Silva.

Sobre parcerias nos próximos leilões de áreas de petróleo, o executivo afirmou que o memorando de entendimento que existe com a Petrobras prevê que se houver áreas de interesse comum, as duas devem participar juntas. "A estratégia óbvia de investimento no Brasil é com a Petrobras, que continua sendo nosso parceiro estratégico", disse Silva.

Estão previstos quatro leilões este ano: campos marginais, áreas sob o regime de concessão, áreas sob regime de partilha de produção e áreas unitizáveis no pré-sal.

Durante o evento, o presidente da Galp fez questão de ressaltar a qualidade e lucratividade dos ativos que a empresa tem no país.

A preocupação do grupo português no Brasil é com a possibilidade de aumento da carga tributária. A aprovação pela Assembleia Legislativa do Rio para a venda da Cedae foi vista com alívio por Pereira. O executivo avalia que a venda da distribuidora ajudará o Rio a solucionar problemas que, segundo ele, "precisam ser resolvidos por quem de direito, e não pela indústria do petróleo", disse em entrevista ao Valor

A questão que chama a atenção é um decreto do governo do Rio que retira o tratamento especial dado para operações de importação e exportações feitas sobre o regime do Repetro, que prevê tratamento fiscal diferenciado até 2020. O resultado, se o decreto não for derrubado na Justiça, será um aumento do ICMS.

Decisões como essa, diz Pereira, trazem instabilidade reconhecida pelo próprio governo. "Há uma evolução no sentido de flexibilizar [as regras para] a indústria, tendo em vista que o Brasil não era competitivo", diz.

Pereira também vê com preocupação a possibilidade de mudança na fórmula que serve de cálculo para pagamento de royalties e participação especial sobre a produção de petróleo no Brasil, que está em fase de audiência pública. Segundo o executivo, uma mudança na fórmula pode afetar a competitividade do petróleo brasileiro. "Uma mudança no preço mínimo do petróleo influencia o preço de venda para o exterior. Deve ser analisada com cuidado porque pode criar um desequilíbrio para a indústria, já que vai afetar as vendas para as tradings", afirma.

Isso porque, continua Pereira, ao pagarem mais pelo petróleo produzido no Brasil, o preço das transações internacionais "vai subir acima do que o mercado vai aceitar pagar", continuou.

Como exemplos de medidas positivas adotadas no Brasil, o presidente da Petrogal cita a legislação que retirou da Petrobras a obrigação de ser operadora única do pré-sal. Segundo Pereira, isso dá mais segurança jurídica para empresas que operam no Brasil. "Se percebe que o governo quer apresentar uma solução positiva, e está trabalhando no seu timing para isso. Acreditamos que vão acontecer novas rodadas que vão trazer um novo ambiente de negócios."

A Galp registrou melhoras operacionais, mas o lucro do quarto trimestre, de € 121 milhões, caiu 18% em relação a igual período do ano anterior. No consolidado de 2016 o lucro da Galp foi de € 483 milhões, 24% menos do que o

registrado em 2015. A justificativa para a redução do lucro foi a queda do preço do petróleo e a amortização e depreciação de ativos de refino.

Em outras frentes, a petroleira portuguesa superou as metas prometidas. Graças à produção do pré-sal brasileiro, a empresa encerrou o ano produzindo 67,6 mil barris de petróleo por dia, pouco acima da meta de 64 mil barris. O aumento da produção dos campos de Lula e Iracema, na Bacia de Santos, foram os destaques.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de € 1,411 bilhão no acumulado de 2016, quando o plano anterior era de atingir uma geração de caixa de € 1,3 bilhão. Do investimento total em 2016, que foi de € 1,218 bilhão, 85% foram aplicados em exploração e produção de petróleo. O volume também foi menor que os € 1,3 bilhão previstos anteriormente.

O grupo encerrou 2016 com dívida líquida de € 1,87 bilhão, menor que a de 2015. Quando considerado um crédito de aproximadamente € 632 milhões que a Petrogal Brasil tem a receber da Sinopec, a dívida cai para € 1,26 bilhão.

O plano de investimentos para os próximos cinco anos prevê € 5 bilhões até 2021 para dobrar a produção de petróleo e gás. A empresa portuguesa prevê investir entre € 800 milhões e € 1 bilhão anualmente até 2021. Para sustentar a meta, a Galp prevê a entrada em produção de seis plataformas no pré-sal brasileiro. A produção atual é sustentada pelos campos de Lula e Iracema, no pré-sal da Bacia de Santos, e também pela produção em Angola.

Silva disse que vai enfrentar a crise no Brasil tendo uma posição de caixa forte. "Nós estamos no Brasil para ficar", frisou o executivo. Silva citou entre os desafios no Brasil as mudanças na regulação, o aumento da carga tributária e as questões relacionadas ao ambiente político.

A repórter viajou a convite da Galp

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Paula Selmi

Título: Ternium adquire a CSA, da Thyssen, por R\$ 4,9 bilhões

Após ter investido em torno de € 8 bilhões para erguer o complexo siderúrgico da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), e não ter obtido nada de retorno, o grupo alemão Thyssenkrupp fechou ontem a venda da empresa para a

companhia ítalo-argentina Ternium. O negócio foi fechado pelo valor de € 1,5 bilhão (o correspondente a R\$ 4,9 bilhões).

A Thyssen tentava se livrar da CSA desde 2012, pouco depois de a siderúrgica entrar em operação em 2010, ainda com problemas operacionais e ambientais. A CSA está situada em Santa Cruz, distrito do Rio de Janeiro. Entrou em operação em meados de 2010 e dispõe de capacidade para fazer 5 milhões de toneladas de placas (aço plano semiacabado que é utilização na laminação de chapas).

O grupo industrial e de tecnologia Thyssenkrupp comunicou ontem à noite a venda da siderúrgica brasileira. A Ternium já havia mantido interesse pela CSA em 2012, mas as negociações não avançaram. No ano passado, logo depois que a Vale se desfez de sua parcela de 27% na siderúrgica para a própria Thyssen, os ítalo-argentinos voltaram a negociar.

O valor da operação - com pagamento de € 1,26 bilhão em dinheiro -, segundo informou Thyssen, foi baseado na avaliação da CSA em 30 de setembro (data do balanço fiscal 2015/2016). A diferença, € 300 milhões, referem-se a uma dívida contraída com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

A CSA é um complexo integrado de produção de aço. Além da usina, que faz placas de elevada qualidade (high-end), abriga um porto de águas profundas e uma geradora de energia de 490 MW.

Com isso, o grupo alemão põe fim à sua aventura no setor nas Américas. Em 2014 se desfez de da laminadora no Estado de Alabama (EUA), vendida por valor semelhante aos grupos ArcelorMittal e Nippon Steel & Sumitomo. "Com a venda da CSA, nos separamos definitivamente da Steel Americas. Isso é um marco importante no redirecionamento da Thyssenkrupp para um grupo industrial forte", disse Heinrich Hiesinger, CEO do grupo, na nota. A companhia informou que receberá entrada de fluxo de caixa que reduzirá expressivamente sua dívida financeira. E lembrou que firmou acordo com a Ternium para que continue fornecendo 2 milhões de toneladas de placas de aço da CSA por ano, em contrato até 2019, para a laminadora (Calvert) do Alabama.

O negócio representa uma grande tacada por parte da Ternium, que desde 2012 já está no Brasil como uma das acionistas do bloco de controle da Usiminas, ao lado da Nippon Steel. O grupo ítalo-argentino se posiciona fortemente no país e reforça sua estratégia nas Américas. A CSA resolve um problema de déficit no suprimento de placas que existe nas operações da Ternium no México e EUA da ordem de 3,7 milhões de toneladas por ano.

A aquisição pode ainda abrir caminho para a solução do conflito com a Nippon Steel envolvendo a Usiminas. Desde 2013, os dois acionistas disputam a gestão da siderúrgica. As desavenças ganharam tal dimensão, com afastamento de executivos da Ternium e questionamentos de decisões do conselho, que acabaram parando na Justiça de Minas.

Com um novo ativo, só seu, um caminho é uma possível saída da Usiminas - vendendo sua parte aos japoneses, ou levando ativos. A unidade de Cubatão (SP), que tem operações de laminação de aço, faria sentido, pois iria complementar a usina da CSA. E Cubatão tem também um porto.

Segundo a Ternium, em comunicado, os ativos a serem adquiridos tiveram no ano calendário de 2016 vendas anuais consolidadas de € 1,6 bilhão, despachos de 4,3 milhões de toneladas e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de € 256 milhões.

A Ternium antecipa que vai financiar a aquisição com empréstimo bancário e espera começar a consolidar o balanço da CSA e os resultados das operações a partir do terceiro trimestre de 2017.

"Ao concluir essa transação, a Ternium está incorporando mais uma usina siderúrgica de última geração ao seu parque industrial. Isso vai permitir aumentarmos nossa diferenciação e fortalecer nosso negócio em setores industriais estratégicos na América Latina", afirmou o presidente da companhia, Daniel Novegil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas

Título: Preço garante bom resultado para Vale

O aumento dos preços de minério de ferro, níquel e cobre, a produção maior e o crescimento do volume vendido devem garantir à Vale um forte resultado no balanço do quarto trimestre de 2016. A mineradora divulga amanhã, antes da abertura do mercado, o resultado do quarto trimestre e do ano passado e levantamento feito pelo Valor com base na média das projeções de oito bancos e corretoras aponta para uma média de projeções de US\$ 9,06 bilhões para a receita de vendas, 53,8% a mais que no quarto trimestre de 2015.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou, na média das oito instituições, em US\$ 4,48 bilhões, aumento de 222% sobre o período outubro-dezembro de 2015. Os bancos projetam lucro líquido, na

média, de US\$ 1,91 bilhão no quarto trimestre de 2016, revertendo um prejuízo de US\$ 8,5 bilhões no quarto trimestre de 2015.

Os resultados serão impulsionados pelos maiores preços do minério de ferro e dos metais (níquel e cobre). Só o minério de ferro, principal produto da companhia, registrou preço médio de US\$ 70 por tonelada no quarto trimestre de 2016 no mercado à vista da China, o maior consumidor mundial da commodity. Na média do ano, o preço médio do minério de ferro foi de US\$ 58 por tonelada.

Em relatório, Thiago Lofiego, do Bradesco BBI, afirma que a Vale deve reportar o maior Ebitda trimestral desde o quarto trimestre de 2013, quando o Ebitda foi de US\$ 6,6 bilhões e os preços médios do minério de ferro ficaram em US\$ 135 por tonelada. Agora o Bradesco BBI projeta Ebitda de US\$ 4,5 bilhões para a Vale no quarto trimestre. O número exclui o Ebitda da unidade de fertilizantes, que foi vendida. A receita de vendas estimada pelo Bradesco é de US\$ 8,8 bilhões e o lucro líquido da Vale, de outubro a dezembro, foi estimado em US\$ 1,29 bilhão.

Segundo o Bradesco, a chave para os bons resultados foram melhores preços das commodities, com alta de 20% no minério de ferro, em relação ao terceiro trimestre; aumento de 5,5% do níquel e de 10% no cobre, sempre em relação ao terceiro trimestre de 2015.

O resultado também será garantido por um volume recorde de produção de minério de ferro no quarto trimestre. É esperado, porém, um aumento nos custos da mineradora. No caso do minério de ferro, o aumento será determinado por maiores custos nos fretes marítimos devido à alta no combustível de navegação, além de maiores custos administrativos.

A corretora Itaú BBA previu lucro líquido de US\$ 1,4 bilhão para a Vale no quarto trimestre, resultado negativamente afetado pelo impacto não caixa de uma baixa contábil na unidade de fertilizantes. A Vale anunciou no dia 6 deste mês que espera-se uma baixa contábil de US\$ 1,2 bilhão devido ao acordo de venda de ativos de fertilizantes anunciado em dezembro.

A corretora projetou ainda receita líquida de vendas de US\$ 9,1 bilhões e Ebitda de US\$ 4,5 bilhões. O Itaú BBA também prevê que o volume de vendas de minério de ferro alcance 95 milhões de toneladas no quarto trimestre, uma alta de 11,4% em relação ao quarto trimestre do ano passado. O banco projeta que os preços realizados para os finos de minério de ferro da companhia alcancem US\$ 66,2 por tonelada, na comparação com US\$ 50,9 por tonelada no terceiro trimestre de 2016, em função do aumento de 20% do preço spot do minério de ferro no período.

Rodolfo Angele, do J. P. Morgan, afirmou, em relatório, que os melhores preços se combinaram com volumes de produção e vendas mais fortes, o que deve levar a um forte resultado para a companhia no quarto trimestre. O J. P. Morgan previu receita de vendas de US\$ 8,8 bilhões, Ebitda de US\$ 4,1 bilhões e lucro líquido de US\$ 1,65 bilhão.

Os demais bancos que formam o consenso feito pelo Valor são Citi, Santander, Scotiabank e Morgan Stanley e BTG Pactual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti

Título: Adesão ao Novo Mercado pode ficar aberta até 2020

A migração da Vale para o Novo Mercado, dentro do projeto de pulverização do capital pelos controladores, pode acontecer neste ano. Mas pode também ser uma possibilidade aberta até 2020, no vencimento do novo acordo de acionistas, e sem estratégia ainda definida. A questão depende da adesão dos acionistas ao processo de conversão voluntária das ações preferenciais classe A (PNA) em ordinárias (ON).

A migração ao nível máximo de governança da BM&FBovespa só ocorre quando o capital tiver apenas ações ordinárias.

O plano anunciado na segunda-feira coloca a troca de PNA por ON como facultativa. Para que o projeto de pulverização siga adiante, é preciso que 54,09% das ações sem direito a voto sejam convertidas. Com esse índice, os atuais controladores terão 49,99% das ações ordinárias. A reorganização segue, mas a empresa ainda terá PNA e não vai agora ao Novo Mercado.

Num cenário de migração total para a ON, os atuais donos terão 41% do capital votante, que será também o capital total. Extintas as PNA, é possível a adesão imediata ao Novo Mercado.

A conversão da PNA foi apresentada de forma opcional para evitar que a transação dispare o direito de recesso aos preferencialistas, segundo o Valor apurou com fontes envolvidas no negócio. Conhecido como "direito de saída", ele obriga a empresa a comprar por valor patrimonial a ação do investidor que discordar da operação. O benefício é assegurado pela Lei das Sociedades por Ações em situações específicas, tais como baixa liquidez ou redução de direito.

O preferencialista de Vale tem assegurado pelo estatuto um dividendo prioritário. Previsto como vantagem, há mais de uma década, pelo menos, não

tem efetivo na companhia. As PNA e as ON recebem o mesmo valor, pois o pagamento total supera o assegurado.

Por não ser obrigatória, a conversão não dispara o recesso. Enquanto os acionistas discutiam o acordo, as ações PNA da Vale negociavam entre R\$ 27 e R\$ 29 na bolsa. O valor patrimonial do papel é de quase R\$ 26, pelo balanço de setembro. Dada a proximidade dos preços, os acionistas ficaram temerosos de tornar a operação inviável se a cotação em bolsa ficasse abaixo do patrimonial. Nessa situação, o recesso se tornaria financeiramente interessante para o investidor, mas uma saída de caixa relevante para a empresa.

Entre a divulgação do plano dos sócios e o início dos trabalhos há um prazo de quase três meses. O começo da reestruturação se dá com a convocação da assembleia que aprovará a conversão das PNA, o novo estatuto e a incorporação da controladora Valepar. A assembleia propriamente deve ocorrer só em meados de junho. Dado esse longo intervalo e a volatilidade do mercado, se escolheu anunciar como um movimento voluntário.

O "plano A" da Vale, segundo o Valor apurou, é transformar a migração voluntária em obrigatória. A decisão dependerá da segurança de uma grande adesão à conversão em ON e do distanciamento do preço em bolsa do valor patrimonial, reduzindo o risco do recesso. No fechamento de ontem, as ações PNA valiam perto de R\$ 34.

Caso isso não aconteça e ainda restem PNA no mercado e a companhia alcance o índice mínimo de 54,09%, a migração para o Novo Mercado será só um objetivo a ser perseguido até 2020. A estratégia para as preferenciais que restarem não está definida, podendo variar ao sabor dos preços em bolsa e das condições financeiras da empresa - além do volume final que restar.

A despeito de todas as diferenças entre as companhias, a Oi anunciou em 2013 movimento muito semelhante ao da Vale e não concluiu até agora a migração para o Novo Mercado - anunciada como ápice de uma grande reestruturação. Na tele, também estavam na base acionária de controle, embora com fatias minoritárias.

MME / ASCOM .